

A invenção do patrimônio nacional: aspectos da política de preservação de conjuntos urbanos tombados em Minas Gerais

The national heritage invention: aspects of politics of conservation urban complexes preserved in Minas Gerais

Enviado em 22 de setembro de 2016

Aceito em 26 de dezembro de 2016

TAVARES, Denis Pereira¹

Resumo

Durante a chamada “fase heroica” do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que corresponde ao período no qual Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu a direção deste órgão (1937-1967), houve uma concentração das ações de preservação e de tombamentos no Estado de Minas Gerais. Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras tombadas passaram por uma espécie de “regime especial de preservação”, baseado no rígido controle das fachadas de suas edificações, bem como na imposição de condições de uso e conservação de sua paisagem urbana. Procuramos, neste artigo, percorrer parte dessas ações de conservação e gestão dos conjuntos urbanos mineiros, além de abordar os valores em jogo na escolha e preservação de determinados bens materiais e simbólicos do passado.

Palavras-chave: Conjuntos urbanos mineiros, patrimônio cultural, SPHAN.

¹ Doutor em História Social da Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

Abstract

Throughout the so-called “heroic phase” of the National Service of Artistic and Historic Heritage (SPHAN), corresponding to the period when Rodrigo Melo Franco de Andrade took over as the head of the entity (1937-1967), there was an increase in actions of preservation of architectural heritage in the state of Minas Gerais. The architectural complexes in a number of towns that were declared as national heritage underwent a special preservation regime, based on strict control over building façades, and imposing conditions regarding usage and conservation of the urban landscape. In this work, we aim to trace some of the conservation and management efforts in the urban complexes of Minas Gerais, in addition to addressing the values at play in the selection and preservation of certain elements of material culture and symbolic works of the past.

Keywords: urban complexes in Minas Gerais, cultural heritage, SPHAN

A seleção dos objetos materiais e simbólicos a serem preservados e consagrados no espaço público como patrimônio cultural de uma coletividade não é uma atividade neutra, passiva, mas, sim, uma operação política que mobiliza valores, interesses, projetos e ideologias específicas. Cabe, portanto, ao analista do patrimônio desvelar os arranjos e as tramas sociais e políticas imersas nos processos de escolha de determinados bens, conhecimentos, saberes, tradições etc., destacando sempre o seu caráter construído, inventado, quando não arbitrário.

Portadora de um “regime de historicidade”², a categoria “patrimônio” adquiriu contornos específicos no contexto de formação dos Estados nacionais, quando estes assumiram a proteção legal de bens supostamente capazes de simbolizar a nação e de despertar nos indivíduos o espírito coletivo de pertencimento a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008). Os Estados nacionais mobilizaram uma série de suportes de memória, tais como imagens, relíquias, monumentos, museus, eventos,

² Hartog (2013) chama de “regime de historicidade” a maneira como uma coletividade se relaciona com o tempo, procurando ordená-lo e traduzi-lo. Para ele, os patrimônios devem ser pensados como sinais de nossa experiência do tempo.

comemorações, lugares etc., destinados à instrução pública, e deles extraíram uma espécie de mais-valia simbólica, no intuito de criar representações litúrgicas do próprio poder do Estado e de produzir consenso nacional. Fragmentos do passado (o passado tangível), que transmitem materialidade e profundidade histórica à nação, foram fortemente valorizados como dispositivos de integração a uma totalidade nacional, e consagrados, entre outras coisas, como “lições vivas de história”.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Minas Gerais tornou-se o palco principal das políticas de proteção do patrimônio no Brasil. Seus bens artísticos e sua arquitetura tradicional do século XVIII foram consagrados como manifestação cultural mais expressiva do “ser nacional”. Nesse prisma, o passado mineiro seria “exemplar”, pois fornecia um cenário ideal, repleto de tradições, heróis, monumentos e objetos fundadores da própria identidade nacional.

Logo após a implementação do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o tombamento como instrumento da gestão do patrimônio nacional, seis “cidades históricas” de Minas Gerais foram inscritas, em 1938, nos livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como merecedoras de proteção especial. Os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Serro e Tiradentes foram consagrados por essa política de Estado como manifestações mais expressivas da chamada “civilização mineira”. Seus bens materiais e simbólicos comunicariam as origens artísticas e culturais da nação. Nas décadas seguintes foram incluídos nos livros do Tombo os conjuntos de Congonhas (1941) e de Sabará (1965).

Em outra frente de atuação, a política museológica empreendida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também reforçaria a tese da centralidade de Minas Gerais no desenvolvimento de uma cultura nacional. Os vestígios da cultura material do século XVIII, sobretudo os bens de devoção religiosa e os objetos associados às atividades da mineração, ganharam destaque no Museu da Inconfidência (1938), em Ouro Preto, no Museu do Ouro, em Sabará (1945), no Museu Regional de São João del-Rei (1946), em São João del-Rei, no Museu Regional Casa

dos Ottoni (1949), no Serro, e no Museu do Diamante, em Diamantina (1954). O órgão procurou estabelecer pequenos museus nas “cidades históricas” mineiras, aproveitando suas edificações de significação histórica e/ou artística, de modo a fortalecer e difundir uma pedagogia da preservação do “patrimônio nacional”.

Os sítios urbanos tombados foram idealizados a partir do seu “valor artístico”, enquanto áreas de grande concentração de monumentos “excepcionais”. Seus “centros históricos” passaram, então, pelo rígido controle dos agentes do Patrimônio, que buscavam manter certas características estéticas que transmitissem uma perspectiva de unidade, homogeneidade e harmonia, inclusive nos seus entornos. Ouro Preto, por exemplo, tornou-se uma espécie de laboratório das práticas de proteção empreendidas pelo Serviço do Patrimônio. Práticas estas marcadas sempre pela vontade de manutenção de características uniformes e pela busca de pureza e originalidade em relação ao conjunto tombado. Segundo Motta (2002), as sucessivas ações de conservação e restauro executadas pelo Serviço do Patrimônio trataram a cidade como uma expressão estética, desconsiderando, inclusive, a historicidade desse sítio urbano. O Serviço de Patrimônio investiu na promoção de uma imagem do Brasil tradicional, concentrando-se na fiscalização e controle das fachadas das edificações. E essa aplicação de normas “fachadistas”, isto é, o emprego do estilo e da estética colonial nas fachadas, implicou na descaracterização urbanística e paisagística de Ouro Preto.

O tombamento de conjuntos urbanos inteiros foi um fato pioneiro até então, sem precedentes a nível mundial. A manutenção da uniformidade dos conjuntos coloniais, salvaguardados das pressões de modernização e progresso, expressaria, então, a permanência de valores e tradições que transcendiam às mudanças sociais. Seria, portanto, a expressão espacial da identidade de um povo unitário³, simbolizada em formas visíveis e concretas. Cabe destacar que esse projeto de preservação de um ambiente da “unidade nacional” forjava um cenário que poderiam nunca ter

³ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

existido tal qual no passado. Tal projeto interferia decisivamente nos usos, nas formas de apropriação e nos estilos de vida do local.

De acordo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-geral do SPHAN entre os anos de 1937 a 1967, o tombamento de extensos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos se impunha como medida de preservação do aspecto tradicional e da ambiência dos sítios históricos.

Do ponto de vista mais prático os agentes do poder público, no exercício da administração de um país ou de uma região, a necessidade de conservação de um sítio urbano se impõe ou pelos antecedentes e a significação histórica excepcional do lugar, ou pelo valor também excepcional de seu conjunto arquitetônico-paisagístico. (...) As medidas de proteção que terão de ser tomadas deverão visar ao mesmo objetivo; conservar os elementos e as características originais da área interessada (ANDRADE, 1967).

Nessa ótica, a autenticidade e a excepcionalidade dos artefatos são valorizados como marcas constitutivas do “patrimônio nacional”. As características estéticas seguiram, então, em primeiro plano durante a definição de critérios e ações de preservação. Mais do que isso, as próprias cidades foram pensadas enquanto um elemento artístico, como uma pintura, por exemplo, em que se busca e se valoriza a vontade de arte, a intenção plástica: “As importantes obras de arte e os monumentos deixados pelos antepassados ficaram aqui testemunhando a vitalidade de outras gerações, lembrando fatos de outros séculos (ANDRADE, 1940)”.

Nessa ótica, os planos de modernização e desenvolvimento urbanos foram considerados, por vezes, incompatíveis ou mesmo antagônicos à manutenção da “atmosfera peculiar” desses conjuntos. Tendo em vista as pressões do mercado imobiliário e a intensificação do crescimento das cidades, processos que tomam impulso, sobretudo, na década de 1950, com a mudança no modelo de desenvolvimento do país, o empenho dos agentes do Patrimônio⁴ esteve voltado no sentido de evitar as construções nos “centros históricos” de edificações mais altas e mais volumosas que as originais.

⁴ Utilizamos esta palavra com a inicial maiúscula para nos referir ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, forma mais popular pela qual o órgão federal ficou conhecido.

O estatuto do tombamento emergiu, nessa política, como o principal, senão o único, instrumento de proteção, sendo acionado sempre no intuito de resguardar os “bens de interesse público” de possíveis ameaças. Por vezes, o tombamento foi visto como sinônimo de preservação, como se esse dispositivo por si só, sem o auxílio de outros instrumentos de regulação urbana ou de planos mais gerais que articulassem preservação e desenvolvimento urbano, garantisse a permanência e a salvaguarda dos bens patrimoniais.

A intervenção do Patrimônio nos conjuntos tombados foi pontual, isto é, dirigida aos bens isolados e aos seus respectivos aspectos externos, tais como volumetria, dimensão, fachada, telhado etc. Contudo, pouco se atentou para o desenvolvimento desse conjunto, bem como para a elaboração de planos urbanísticos que pensassem realmente a cidade como um todo, que levassem em conta a dinâmica viva do espaço, assim como a historicidade dos seus usos, ocupações e agenciamentos. De todo modo, os agentes do Serviço do Patrimônio procuravam evitar as ameaças de “descaracterização” e “contágio profano” dos conjuntos urbanos através de rígido controle na aprovação de projetos de reforma, demolição e introdução de novas edificações. Os croquis e plantas de construções, por exemplo, deveriam ser submetidas à apreciação dos técnicos do Patrimônio, que se empenhavam em estabelecer um controle e monopólio sobre a aprovação dos projetos de intervenção urbana. Nesse intuito, o órgão montou um verdadeiro aparato fiscal para fazer valer seus princípios e orientações.

Há ainda grandes lacunas no que tange ao estudo da presença e funcionamento do Serviço do Patrimônio nos estados, através das suas divisões regionais, ou distritos. Sabemos que, aos distritos caberia, em geral, a realização de pesquisas e inventários dos bens de interesse histórico e artístico, a fiscalização e vigilância desses bens móveis e imóveis tombados e a sua conservação e restauração. No caso do 3º Distrito do SPHAN, que correspondia a Minas Gerais, competia também o acompanhamento de obras de iniciativa pública e particular nos conjuntos tombados, além disso, seu chefe, o arquiteto Sylvio de Vasconcelos, poderia deliberar sobre intervenções de menor impacto sobre a paisagem, como pequenos

reparos, pintura, construção de novos cômodos, anexos, alteração de fachada etc. O 3º Distrito contou ainda com a presença de técnicos, em geral mestres de obras, arquitetos ou engenheiros, que não só residiam, mas também mantinham escritórios de apoio nas cidades que tiveram seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados. Dessa maneira, a própria instituição se fazia presente através da figura de seus representantes técnicos que podiam acompanhar de modo mais imediato o andamento das obras e o surgimento de novas demandas nas localidades. Trata-se do elo que faltava nessa comunicação entre o diretório central, a instância regional e o próprio local, uma peça-chave no processo de “interiorização do Patrimônio”, isto é, no movimento de expansão de fronteiras e lançamento das bases do Patrimônio no âmbito das municipalidades. Os técnicos locais do Patrimônio integravam esse sistema de controle e vigilância permanente dos conjuntos urbanos tombados. Eles eram a própria encarnação do órgão federal, em nível local, eram os olhos, os braços e os pés da instância regional e da administração central do SPHAN.

De acordo com Chuva (2009), consolidou-se no âmbito do SPHAN uma gama de procedimentos administrativos assentados no próprio acúmulo dos trabalhos, experimentações e práticas desenvolvidas na lida diária da preservação dos sítios urbanos, cujos métodos de serviços tornaram-se quase naturais, porque repetidos sem maiores discussões das opções e procedimentos adotados nas localidades tombadas.

Os critérios de aprovação de obras poderiam variar conforme o objeto tombado ou logradouro onde estivesse localizado. Quanto mais próximos dos bens de arquitetura religiosa, sobretudo os do século XVIII, mais rigorosos eram os critérios de preservação, flexibilizando a escala conforme a presença de trechos e ruas cujas edificações se encontravam “modernizadas” e/ou que destoassem dos aspectos estilísticos pré-definidos pelo Patrimônio.

Relativamente a logradouros e edifícios de menor importância ou mais remotos, a orientação a adotar não carecerá de tanta solicitude e poderá ser mais tolerante, salvo se o logradouro ou edifício tiver algum destaque ou visibilidade particular no conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade.

Com referência às edificações compreendidas no conjunto tombado, há que distinguir atentamente entre elas: determinado número é constituído por obras erigidas no século XVIII ou levantadas posteriormente, mas ainda à pura feição tradicional, exigindo proteção zelosíssima de todos os respectivos elementos; (...) diversas são obras de pouca expressão arquitetônica, sem nenhum traço típico das construções tradicionais e, assim, merecem menor atenção; finalmente, algumas são edificações mais ou menos recentes, mas que destacam do conjunto arquitetônico da cidade, aconselhando-se portanto manter ou promover a sua pintura com as cores mais discretas possíveis e aproveitar qualquer oportunidade para ajustar o seu aspecto ao das construções tradicionais, senão favorecer a sua eliminação (ANDRADE, 1952).

Por vezes, encontramos nas representações e práticas dos agentes preservacionistas certa idealização de referentes espaciais aparentemente estranhos à modernidade. A estocagem, a restauração e a preservação destes referentes seriam, portanto, os únicos antídotos para a salvaguarda desses modelos estéticos e simbólicos duradouros no tempo e na história. Na passagem relatada no excerto acima, salta aos olhos o fato de que embora toda extensão do conjunto urbano esteja tombada, nem todos os seus bens merecem a mesma atenção especial do Serviço do Patrimônio ou adquirem status de preservação. Mais do que isso, há uma compreensão de que as edificações “espúrias”, “destoantes”, devem passar por cirurgias reparadoras ou mesmo ser excluídas da paisagem. Trata-se de um olhar seletivo para o passado das cidades, que projeta nos objetos de arte e arquitetura – centros históricos, igrejas, edificações públicas e particulares, fontes, praças etc. – a substância fundadora da nação. Trata-se também, como consequência, de uma estratégia discursiva de engrandecimento e monumentalização do “patrimônio legítimo”. Movido pelo mito das origens e pela busca de um estado mais puro e mais belo já existente, o Patrimônio procurou delimitar “zonas de preservação” e arbitrar sobre os seus domínios, dizendo quais elementos deveriam ou não conter no seu espaço. Consequentemente, as próprias tradições locais passaram a ser enquadradas em uma “ideologia unificadora” (HOBBSAWM, 1990). Os cidadãos deveriam então aprender a ver e reconhecer os sinais distintivos do patrimônio, ou seja, as disposições estéticas que os separam dos demais “bens vulgares” no espaço público.

A eleição da arquitetura do século XVIII como objeto de preservação implicou não somente na proteção de exemplares considerados esteticamente significativos, mas também ensejou uma procura por uma unidade de estilo no interior dos próprios núcleos urbanos. Suas edificações foram alvo de “ações corretivas” e “ajustes” pautados em uma imagem idealizada do passado colonial. Os trabalhos de restauração empreendidos pelo SPHAN, por exemplo, foram movidos por uma busca de pureza estilística, por um desejo de restabelecer um presumido aspecto original em relação ao objeto preservado.

As cidades tombadas foram pensadas e geridas sob a ótica do ordenamento e da “limpeza” dos lugares. O Serviço do Patrimônio investiu no controle e na produção de uma imagem neutra e fetichizada do passado das cidades, rejeitando, inclusive, elementos imersos no próprio presente das sociabilidades locais. O órgão passou a coibir, por exemplo, a colocação de bustos, imagens e monumentos erigidos em homenagem a personalidades. Em Mariana, o Patrimônio impediu a colocação de um monumento em homenagem ao Monsenhor Horta, junto à Praça João Pinheiro e Igrejas N. S. do Carmo e São Francisco de Assis (ANDRADE, 1955). Em Ouro Preto, foi proibida a colocação de um busto em homenagem ao presidente norte-americano Thomas Jefferson e de outro em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek (FORTES, 1958). Ainda em Ouro Preto, paradigma das experiências de gestão dos bens urbanos do passado, o Patrimônio cogitou, inclusive, a retirada do monumento em homenagem a Tiradentes, situado à Praça Tiradentes desde 1894. Nessa concepção de cidade como obra de arte, seus elementos espaciais devem se “ajustar” ao imperativo da preservação, ainda que seja em detrimento de seu componente social:

Impõe-se também, finalmente, a remoção e transferência de local (possivelmente para as vizinhanças da estação ferroviária) do monumento comemorativo da morte de Tiradentes, uma vez que, por falta de proporção e feição bastarda, constitui verdadeira almanjarra que não se concebe permaneça indefinidamente no logradouro principal da cidade tombada.

E não se diga que o fato comemorado e a circunstância do monumento já existir quando a cidade foi erigida em monumento nacional impedem-lhe a remoção. (...) Muito pelo contrário, o tombamento obriga a providências de

caráter radical quando se trata de preservar ou repor a coisa no seu estado original (COSTA, 1958).

Tendo em vista o apelo social e as construções de sentido em torno da figura de Tiradentes, sobretudo ao longo da Primeira República (CARVALHO, 1990), a repartição não pôs em prática o plano de remoção daquela estátua de bronze.

Como se verifica, os aspectos materiais e estéticos dos objetos foram determinantes, entre os técnicos do Patrimônio, para sua permanência e exposição pública. Os objetos “destoantes” deveriam passar então por “ações corretivas”, por “cirurgias reparadoras”, quando não serem deslocados ou excluídos do espaço. Essa obstinação pela autenticidade poderia tornar a cidade um museu de si mesma, sem que seus próprios habitantes e usuários se reconhecessem nos símbolos preservados.

Suas consequências sobre o estilo de vida, sobre os modos de vida, sobre a urbanização dos ambientes são às vezes excessivas e levam à instauração, de maneira tácita, latente, de um freio sistemático à originalidade e à novidade. O interdito da fantasia é também uma maneira de museografar o local ou bairro, porque supõe um rigor da conservação segundo critérios considerados imutáveis. A proteção na sua forma excessiva, pode portanto parecer como a causa de uma museografia da vida cotidiana (JEUDY, 1990, p. 54).

Nesse prisma, o processo de restauração deveria reforçar uma imagem da unidade do conjunto urbano e gerar nos espectadores um efeito de “origem”, “autenticidade” e “pureza” cultural. A “reintegração estilística” do objeto seria, portanto, uma etapa necessária para que a sua existência, sua beleza e sua monumentalidade fossem notadas. Nas palavras de Miceli (1987, p. 44-45):

A modalidade técnica escolhida para o trabalho de restauração enquadra-se nessa (...) lógica de embelezamento do estilo e conseqüente diluição das marcas sociais. Apesar das afirmações em contrário, a tradição preservacionista no Brasil nunca conseguiu superar a orientação doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada “reintegração estilística” que não é outra coisa senão o delírio de “purificar” o prédio em vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à construção original.

Um caso patente de “reintegração estilística” ocorreu durante o processo de restauração da Capela de N. S. do Rosário, no Serro, com a retirada de sua torre sineira. Esse processo de eliminação de elementos “estranhos” à edificação não considerou a própria dinâmica da comunidade local, assim como os usos e os valores atribuídos ao bem por seus praticantes, tanto que, após a reforma, os membros da Irmandade do Rosário exigiam a retomada da torre da capela e, para isso, elaboraram um abaixo-assinado, já que o toque do sino era parte constituinte do culto e do ato de devoção dos fiéis. “Um sino sem torre é um sino sem vida” (ANDRADE, 1961), reclamava um membro. Na réplica aos questionamentos da Irmandade do Rosário, Sylvio de Vasconcelos argumentou que o Patrimônio julgou recomendável a eliminação da torre sineira, por se tratar de obra posterior e, portanto, destoante do seu traçado original:

- a) não se tratava de obra incorporada ao monumento em sua originalidade;
- b) não se justificava como obra acrescida ao monumento;
- c) apresentava-se como obra de construção precária com ameaça de ruína que demandava quase integral reconstrução;
- d) apresentava-se ainda como obra que prejudicava a Capela pela dificuldade de solução das infiltrações que proporcionava ou sua intercessão com o telhado;
- e) não parecia recomendável executasse a Repartição obra de reconstrução de elemento visivelmente estranho o bastante em relação ao monumento;
- f) não se tratava de elemento útil ou indispensável podendo ser substituído perfeitamente (VASCONCELOS, 1961).

Apresentamos na figura 01 uma perspectiva da lateral da Capela de N. S. do Rosário, ainda com a torre sineira, e na figura 02 uma perspectiva da frente da sua fachada após o término da restauração.



Figura 01: Capela de Nossa Senhora do Rosário (1961). In: CDI/IPHAN-MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.



Figura 02: Capela de Nossa Senhora do Rosário após restauração (1961). In: CDI/IPHAN-MG. Serro.
Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.

As decisões tomadas pela instituição federal de preservação do patrimônio nem sempre estiveram em sintonia com as dinâmicas e complexas modalidades de apropriação, significação e uso sociais dos bens tombados, entrando então em desacordo com as expectativas e com os valores vigentes locais.

A política autoritária é um teatro monótono. As relações entre governo e povo consistem na encenação do que se supõe ser o patrimônio definitivo da nação. Lugares históricos e praças, palácios e igrejas, servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e os sacerdotes são os atores vicários desse drama (CANCLINI, 2015, p. 163).

Houve um grande empenho de indivíduos e de atores coletivos no que tange a preservação de bens materiais e simbólicos relacionados a fatos cívicos, políticos e militares, e, nesse sentido, os monumentos se destinam a perpetuar memória do

panteão dos grandes heróis, das personalidades e dos líderes estadistas que compõem o enredo de um “passado exemplar”. Esses atores se colocavam então como agentes de memória e construíam “narrativas patrimonializadoras”, isto é, discursos que organizam e ajustam o sentido de um passado, reivindicando junto ao SPHAN a conservação de bens pontuais no espaço público, no caso, aqueles que comunicam personagens, fatos e/ou eventos gloriosos do passado, evocados como “lições” para o presente. Por exemplo, Moacyr Brant, residente em Rua Direita, em Diamantina, requeria a restauração de sua edificação, que já se encontrava em estado avançado de ruína, e argumentava que a conservação do velho sobrado seria também em veneração à memória da família Almeida, na figura de: “Francisco José de Almeida e Silva, meu ascendente, e os seus irmãos Modesto de Almeida, prestigioso chefe liberal e revolucionário de 1842, e a Domingos José de Almeida, fundador da cidade gaúcha de Uruguaiana (BRANT, 1954)”. Em Mariana, o Monsenhor Aypio Odier de Oliveira reivindicava do SPHAN uma justa homenagem ao arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta, através da restauração do edifício situado à Praça Gomes Freire no qual lhe pertenceu: “Naquela casa residiu o saudoso D. Silvério, figura de destaque nacional, durante grande parte da sua vida marianense (OLIVEIRA, 1959)”. Em outro caso semelhante, os membros da Loja Maçônica Atalaia do Norte, de Diamantina, reivindicavam a restauração da sua sede, alegando que a história daquela edificação estava atrelada à história da própria cidade, que por sua vez comunicava com a História-Pátria:

Partiram desta oficina tradicional os primeiros apelos na guerra contra o caudilho do Paraguai; os primeiros clamores contra a escravidão e maior propaganda republicana, nesta zona saíram da “Atalaia”. Está, pois, situada, como as demais Lojas do Brasil, dentro da história da própria história nacional, dentro da própria Pátria, com ela sofrendo e com ela gozando (OLIVEIRA, 1951).

Em suma, a conservação patrimonial atende a ideologias específicas, mobilizadas por seus titulares e herdeiros no presente. Determinados indivíduos e grupos reivindicam o status de “patrimônio” a determinados objetos no espaço público

como forma também de se projetarem e perpetuarem memórias e identidades nas quais se reconhecem (ABREU, 1996). Trata-se de um processo de monumentalização, isto é, de um enquadramento simbólico do objeto, que deve ser visto e lembrado com distinção, não mais como simples vestígio de uma trajetória pessoal, mas enquanto fato social, identificado como propriedade de uma comunidade ampliada. As instituições culturais são convidadas, assim, a “autenticar” o “valor histórico” e a consagrar os bens que agora permanecem sob sua guarda.

Não obstante, como dissemos, nem sempre as políticas culturais estiveram em sintonia com as expectativas e com as demandas locais. Lucio Costa, por exemplo, era contrário, a princípio, ao tombamento de edificações vinculadas a personalidades por julgar que a “preservação desses lugares quase sempre resulta meio falsa e melancólica (COSTA, 1964)”. Parece que os agentes do Patrimônio estiveram pouco atentos ao poder de “ressonância”⁵ dos objetos, conferido por seus praticantes. Como se sabe, não são todos os objetos, embora reconhecidos oficialmente pelo Estado, que encontram ressonância junto à população. Aliás, a partir do exame de documentos e fontes, vislumbramos as seguintes situações no campo da preservação do patrimônio: a) objetos que encontram ressonância junto ao Patrimônio e aos cidadãos; b) objetos que encontram ressonância entre os agentes do Patrimônio, mas não entre os cidadãos; c) objetos que encontram ressonância junto aos cidadãos, mas não entre o Patrimônio. Essas situações são, portanto, imprescindíveis para pensar os contornos assumidos pela categoria “patrimônio” e são reveladoras dos valores em jogo, dos consensos adquiridos ou dos conflitos em torno dos objetos que compõe um patrimônio comum.

Em muitos casos, a construção de um “patrimônio nacional” pautado nas categorias de “excepcionalidade” e “autenticidade” implicou também na eliminação e/ou no não reconhecimento de particularidades locais.

⁵ “Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GREENBLATT apud GONVALVES, 2005, p. 19).”

Em carta enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o então prefeito de Diamantina, José Machado Freire, reclamava que o órgão, cuja finalidade era “zelar pelas coisas do passado”, tinha removido um poste à Rua Direita que remontava ao período de fundação da cidade e que este “patrimônio” deveria ser restituído ao mesmo lugar.

Parte desse documentário são as coisas modestas, simples, porém de significação apreciável. E, em meio dessas pequeninas coisas, está um velho e carcomido poste de madeira, cuja parte superior, gasta pelo tempo, representaria a carranca de um índio, marco primitivo e rude, e nos fala dos primórdios de um longínquo Tijuco... (...) Hoje, infelizmente, naquela encruzilhada, já não mais se encontra, em seu lugar; apenas o poste de cimento armado da iluminação pública. É que, conforme notícias trazidas por diamantinenses ciosos de suas ricas velharias, o Serviço do Patrimônio, sem a audiência da Municipalidade, o transferiu para Belo Horizonte, a capital de nossos dias. (...) Urge a volta daquele marco ao lugar em que foi plantado(FREIRE, 1948).

Em resposta aos questionamentos do prefeito de Diamantina, Rodrigo Melo Franco de Andrade ponderou que a remoção daquele poste foi necessária, tendo em conta exatamente sua preservação. Agora, este poste estaria resguardado enquanto “reliquia”⁶ de museu, salvaguardado do processo de “perda”.

A retirada do antigo poste de iluminação, esculpido, que se achava localizado na rua Jogo de Bola, nessa cidade, junto ao muro da casa que se diz ter pertencido a Chica da Silva, foi motivada pelo propósito desta repartição de resguardar aquele valioso remanescente dos primitivos postes de luz do Tijuco, evitando que se consumasse a sua completa ruína, exposto mais longamente às intempéries. Colocando, porém, como o foi, na Sede do futuro Museu do Diamante (ANDRADE, 1948).

No caso arrolado acima, a lógica da conservação patrimonial coincide com o processo de musealização, isto é, com o deslocamento do objeto para um local

⁶ “Uma reliquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas este fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma reliquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas(GIDDENS, 1997, p. 126).”

diferente de seu contexto de origem, longe de seus praticantes, com uma consequente “perda” do seu valor de uso cotidiano.

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social (CANCLINI, 2015, p. 169).

Em suma, as ações de patrimonialização, quando não levam em conta a interação homem-meio-objeto, concorrem para o desenraizamento das práticas cotidianas e em nada diferem da violência da objetificação e destruição das singularidades culturais, lançadas no domínio do desuso e da inutilidade, vítimas do arbítrio das escolhas preservacionistas. Nessa perspectiva, seria apropriado retomar o questionamento formulado por Benjamin (1987, p. 114): “qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”

Em Ouro Preto, o ex-prefeito Junqueira Ferreira reclamava de certa intransigência durante as intervenções do SPHAN na cidade. Para ele, a determinação do órgão federal de retirada das grades de proteção da Igreja do Carmo, sem a anuência daquela irmandade, e a ameaça de retirada das grades também da Matriz de Antônio Dias, eram sinais claros de depredação, não de conservação do patrimônio, além de desrespeito às vontades e costumes locais.

Mas bem sei que ao SPHAN (...) interessarão os conceitos estéticos. Suas concepções artísticas são como as ciências herméticas, fechadas para os estranhos, para aqueles que ficam de fora do seu currículo funcional: fora do SPHAN não há salvação para o nosso patrimônio histórico e artístico. (...) A Irmandade de N. S. do Carmo NÃO PEDIU AO SPHAN A RETIRADA DE SUAS GRADES, tanto que se dirigiu ao Presidente da República e ao Arcebispo de Mariana, reclamando contra medida tão violenta, quão predatória. Cumpre, ainda, assinalar o objetivo dessas grades, quando foram colocadas: dada a vizinhança do templo de vias públicas intensamente trafegadas, seu adro a cavaleiro das casas vizinhas era preferido pelos casais amorosos noturnos, para encontros fortuitos; a colocação das grades foi um imperativo de resguardo da casa de Deus das visitas importunas e

irreverentes. Pois bem dr. Diretor, por obra e graça desse serviço federal, o adro do Carmo voltará a condição de “rendez-vous”, para afronta dos sentimentos católicos do povo mineiro e desrespeitos às famílias existentes em suas vizinhanças (FERREIRA, 1959).

Durante as restaurações, o SPHAN se esforçou na retirada de platibandas e ornamentos das edificações. Os chamados “acréscimos” ou “extravagâncias das fachadas”, em geral elementos característicos do ecletismo do século XIX, deveriam então ser expurgados para o “lixo da história”, cedendo lugar a um projeto de busca e afirmação de uma forma colonial “original”. Cabe lembrar que também houve situações em que a própria instituição de preservação recomendou a demolição de “edificações espúrias” como forma de recompor uma suposta feição primitiva e tradicional da paisagem, destacando assim o status de monumentalidade e autenticidade dos símbolos conservados no espaço público:

Tenho o prazer de transmitir-vos inclusa cópia do telegrama que expedi nesta data ao sr. Prefeito Municipal de Ouro Preto, reiterando-lhe a solução anterior no sentido de ser transferido para outro local o açougue existente na praça fronteira à Igreja de São Francisco de Assis, a fim de habilitar este Serviço a demolir a construção onde se acha instalado o referido açougue (TECLES, 1945).

Como destaca Motta (1987), o SPHAN fixou seu critério estilístico às fachadas das edificações, de modo que estas permanecessem livres de modificações e mantivessem o mesmo volume e altimetria, além de telhado e pintura externa padronizados. As reformas e construções novas, por exemplo, deveriam imitar os princípios construtivos da arquitetura do século XVIII. A adoção dos elementos construtivos exigidos pela repartição redundou numa arquitetura híbrida, mais conhecida pelos moradores como “estilo SPHAN” ou “estilo Patrimônio”, que se ambientava e se fundia com os exemplares originais do conjunto. A aplicação dessas normas formais do Patrimônio implicou, em muitos casos, na descaracterização urbanística e paisagística do próprio conjunto. Mais do que isso, a busca de características uniformes nos sítios urbanos, características estas talvez nunca

verificadas no passado tal qual, desconsiderou as cidades enquanto um processo social e historicamente construído.

Os componentes materiais e simbólicos dispostos no espaço não estão deslocados de seus praticantes. As coisas cuidadosamente organizadas no ambiente urbano remetem, antes de tudo, a fatos sociais, ou seja, testemunham as relações de apropriação, os usos, as biografias e as trajetórias dos agentes sociais (APPADURAI, 2008). Como o êxito das políticas de preservação de um patrimônio não está garantido de antemão, consideramos necessário, do ponto de vista dos agentes preservacionistas, levar sempre em conta os usos sociais, as modalidades de apropriação do espaço e as demandas de presente das comunidades, sob o risco dessa política não obter legitimidade e esse patrimônio não adquirir ressonância simbólica entre seus potenciais receptores. Há, então, um alto grau de imprevisibilidade nesse processo de constituição e gestão do patrimônio. A mediação de interesses e a negociação entre os agentes sociais locais e o órgão de preservação são, portanto, mais do que recursos disponíveis, são estruturantes das ações de salvaguarda. Dito isso, entendemos que as políticas de preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, empreendidas pelo Patrimônio, nem sempre foram pensadas com ou para a população, em sintonia com os valores, as demandas e projetos de usos do patrimônio praticados pelos cidadãos locais. E essa falta de abertura à participação nos processos de configuração e nas decisões de gestão, conservação e preservação do “patrimônio histórico e artístico nacional” só contribuiu para a emergência e o acirramento dos conflitos entre os gestores do Patrimônio e os agentes sociais locais (TAVARES, 2016).

Referências

ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O Diário (de Belo Horizonte), de 12 de julho de 1940. In: Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória, 1987, p. 37.

_____. Ofício nº 1040, de 23 de novembro de 1948, enviado a José Machado Freire. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado (1940-1969), Caixa 93.

_____. Ofício nº 409, de 17 de abril de 1952, enviado a Sylvio de Vasconcelos. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto Urbano 1945-1991; Caixa 665; Série 1.

_____. Ofício nº 940, 28 de junho de 1961, enviado a Sylvio de Vasconcelos. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.

_____. Relatório: Conservação dos Conjuntos Urbanos, 1967. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

ANDRADE, Washington Morais de. Ofício, de 17 de maio de 1955, enviado a Sylvio de Vasconcelos. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Mariana: Conjunto Urbano 1940-1991.

APPADURAI, Arjun (org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Ed. UFF, 2008.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza, 1933. In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRANT, Moacyr Pimenta. Carta, de 1 de dezembro de 1954, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13^a Superintendência Regional do IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua Direita - 1941-91 - antiga rua Tiradentes; Caixa: 158.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade. São Paulo: Ed. USP, 2015.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.

CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

COSTA, Lucio, 1958. In: PESSOA, José (Org.). Lucio Costa: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 149.

_____, 1964. In: PESSOA, José (Org.). Lucio Costa: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 161.

FERREIRA, A. Junqueira. Jornal Diário da Tarde, de Belo Horizonte, de 06 de junho de 1959. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Inventário. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto: 1946-1982. Caixa 213; Pasta 01.

FREIRE, José Machado. Carta, de 24 de outubro de 1948, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13^a Superintendência Regional do IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Conjunto Tombado 1940-1969; Caixa: 93.

FORTES, José Francisco Bias. Ofício n° 216, de 13 de março de 1958, enviado a Sylvio de Vasconcelos. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13^a Superintendência Regional do IPHAN/MG. Conjunto Urbano 1945-1991 - Caixa 665 - Série 1.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GONVALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, nº 23, 2005.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do Social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, nº 22 de 1987.

_____. As cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, nº 22 de 1987.

OLIVEIRA, Alypio Odier de. Carta, de 03 de junho de 1959, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Mariana. Série Obras. Pasta: Rua Direita - Caixa 173.

OLIVEIRA, Raymundo Dias de; SOARES, José; SILVA, José Pires da. Carta, de 01 de fevereiro de 1951, enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Diamantina. Pasta: Rua da Caridade - 1947-90; Caixa: 155.

TAVARES, Denis Pereira. “É esse conjunto que importa preservar, no seu todo.” Negociação e conflito na implantação de uma política de preservação patrimonial em Minas Gerais (1937-1967). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, 2016.

TECLES, Eduardo. Ofício 931, de 11 de julho de 1945, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Ouro Preto. Pasta: Conjunto urbano 1944 a 1946: Largo do Coimbra; Caixa: 671, Série 1.

VASCONCELOS, Sylvio. Ofício nº 312, de 03 de julho de 1961, enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Centro de Documentação e Informação do IPHAN/13ª Superintendência Regional do IPHAN/MG. Serro. Pasta: Capela de Nossa Senhora do Rosário.